

Pagar a dívida...

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
de US\$ 3 bilhões com os
credores, segundo o Banco
Central.

O presidente eleito ouviu o relato e, ao ser perguntado sobre suas ideias para o encaminhamento da questão da dívida externa, disse aos representantes dos credores de sua intenção de retomar as negociações, "mas advertiu que isto não poderá prejudicar a necessidade de crescimento do País" — segundo seu porta-voz.

Collor de Mello voltaria a mencionar este seu compromisso com a retomada do crescimento algumas horas mais tarde, ao anunciar os futuros ministros militares. Por duas vezes ele se referiu rapidamente, em seu breve pronunciamento, à necessidade de sua equipe de "trabalhar para que o Brasil retome a trilha do crescimento".

Os banqueiros não externaram suas opiniões sobre o futuro programa econômico de Collor de Mello, limitando-se a manifestar o interesse em ver normalizadas as relações entre o Brasil e a comunidade financeira. Caso sejam retomadas as negociações, a partir de um acordo com o

FMI, os bancos privados participariam de um futuro pacote de refinanciamento, segundo técnicos do Ministério da Fazenda.

Os credores particulares têm especial interesse em apressar a retomada das conversações, segundo essas fontes, para evitar que ao final do semestre seus balancetes venham a registrar novamente a desclassificação de créditos a receber do Brasil — como já ocorreu no final do mês passado, quando se recusaram a liberar a parcela bloqueada de US\$ 600 milhões em troca de igual pagamento de juros que completariam três meses de atraso.

No início da noite, a direção do Citibank em São Paulo informou que o "chairman" da "holding" norte-americana, John Reed, fez uma visita de cortesia ao presidente eleito, "dentro de sua programação normal de visitas à América Latina, acompanhado de William Rhodes". A nota à imprensa diz que "o contato foi breve e informal" e que os banqueiros deixaram Brasília às 13 horas, após uma visita ao ministro da Fazenda, "como habitualmente fazem quando vêm ao Brasil".

GAZETA MERCANTIL JAN

Pagar a dívida sem sacrifício

18 JAN 1990

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O presidente eleito Fernando Collor de Mello está "absolutamente interessado em resolver a crise da dívida externa" mas não admite qualquer solução que venha a "comprometer as metas de crescimento econômico" previstas no programa econômico detalhado por sua assessora Zélia Cardoso de Mello.

Essa posição foi transmitida ontem pessoalmente ao presidente do Citicorp, John Reed, e ao presidente do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, William Rhodes durante audiência com Collor de Mello, que durou cerca de 40 minutos. Os banqueiros estiveram depois com o atual ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega.

O encontro foi solicitado por Reed e Rhodes, segundo o porta-voz do presidente eleito, jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva. Participaram da reunião também o embaixador Marcos Coimbra, chefe da equipe de transição do futuro governo, e a economista Zélia Cardoso de Mello, coordenadora da equipe que trabalha na conclusão do programa econômico.

William Rhodes, que é

também vice-presidente do Citicorp, fez um relato a Collor de Mello sobre o estágio atual das relações entre o governo brasileiro e os bancos privados estrangeiros, mostrando que as negociações estão paralisadas há meses devido à falta de um acordo de ajustamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os pagamentos de juros aos bancos credores estão suspensos desde o início de julho, quando o atual governo resolveu centralizar no Banco Central as remessas ao exterior, dando prioridade a compromissos com organismos internacionais, de forma a proteger as reservas cambiais. Ao final do ano, o País acumulava atrasos da ordem

(Continua na página 8)

A Venezuela optou por uma posição radical nas negociações com os bancos para o reescalonamento da dívida: ameaçou não pagar os juros da dívida externa de US\$ 21 bilhões se não forem liberados novos empréstimos. O governo mexicano marcou para 4 de fevereiro a assinatura de seu acordo com os bancos credores, negociado sob as diretrizes do Plano Brady.

(Ver página 2)